

João Andrade Peres  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

António Horta Branco  
Instituto de Linguística Teórica e Computacional

---

## O Todo e as suas Partes como objectos de referência

### 1. Introdução

No verdadeiro manancial de observações interessantes sobre a língua portuguesa que constitui a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, de Jeronymo Soares Barboza, cuja primeira edição data de 1822, encontramos uma curiosa referência ao tópico de que nos ocupamos nesta comunicação. De facto, ao considerar a expressão todo, que classifica como um "adjectivo determinativo de quantidade universal positivo colectivo", afirma o gramático:

"Não é determinativo senão quando precede o nome apellativo, v. gr.: todo o homem é mortal. Quando se lhe segue é um adjectivo explicativo, que vale o mesmo que inteiro, razão porque (sic) a mesma proposição de verdadeira passa a falsa, dizendo: o homem todo é mortal."

(Barboza 1822/81: 118)

Sem nos determos num comentário deste texto, importa-nos apenas salientar que nele estão contidas algumas intuições importantes, em particular a que diz respeito ao duplo valor de todo. Na verdade, Soares Barboza interpreta a primeira

frase - todo o homem é mortal - como significando que o predicado ser mortal se aplica a cada um dos homens; quanto à segunda - o homem todo é mortal -, interpreta-a como veiculando a informação de que o predicado ser mortal se aplica ao homem como um todo, razão por que considera que ela exprime uma proposição falsa.

Um dos objectivos deste trabalho é precisamente o de explicitar as interpretações que acabámos de referir, as quais, como seria de esperar, são reconhecidas por quase todos os gramáticos. Um outro objectivo consiste em mostrar como foi subtil a escolha que Soares Barboza fez da frase que dá como falsa - o homem todo é mortal -, já que ela nos revela que o autor foi implicitamente sensível a determinados valores semânticos que supomos não terem ainda sido objecto de discussão na literatura e que adiante analisaremos.

## 2. A leitura holística

A interpretação do SN da primeira das frases até aqui referidas é comumente designada por interpretação distributiva. No que respeita ao SN da segunda frase, a entidade envolvida na sua denotação é tomada como um todo, na sua inteireza. Encontramos esta mesma interpretação na frase (1), para o SN sublinhado:

(1) O Paulo leu o livro todo.

Não tendo encontrado na literatura uma designação para esta interpretação, passaremos a utilizar a expressão leitura holística<sup>(\*)</sup>. Em conformidade, designaremos um operador com comportamento idêntico ao de todo na frase (1) por operador holístico.

Fazendo uso da terminologia proposta, podemos dizer que até este momento verificámos que a expressão todo pode ser interpretada em certos casos como um operador holístico e, noutros, como estando associada a um quantificador universal, obtendo-se neste segundo caso a já referida leitura distributiva. Acresce ainda que existem casos em que a estrutura em que todo ocorre pode ser ambigua entre a leitura distributiva e a leitura holística, de que é exemplo a frase que se segue:

(2) Todo o artigo foi revisto.

Cremos que facilmente se reconhecerá que a leitura holística pode ser dada por meio de outros operadores além do já mencionado, o que podemos verificar analisando as frases

(3)a. a (3)e.:

---

(\*) Higginbotham (1981) fala de frases "holisticamente verdadeiras (ou falsas)" e "atomicamente verdadeiras (ou falsas)". Trata-se, na realidade, da oposição que tem sido designada com o par "leitura colectiva (ou grupal)"/"leitura distributiva" (numa das instâncias particulares desta). Uma vez que este segundo par se encontra consagrado na literatura semântica e continua a ser utilizado, parece-nos conveniente e etimologicamente adequado usar o qualificativo "holístico" com o sentido que aqui adoptamos.

- (3)a. O autor reviu o artigo todo
- b. O autor reviu o artigo inteiro.
- c. O autor reviu o artigo integralmente.
- d. O autor reviu o artigo na íntegra.
- e. O autor reviu o artigo na (sua) totalidade.

Todas estas frases, que apenas diferem no seu operador holístico, têm as mesmas condições de verdade, donde decorre que estamos perante variantes lexicais que exprimem a mesma operação semântica. Reconhecendo embora que as expressões em causa não são exactamente intersubstituíveis em qualquer contexto, não nos ocuparemos aqui das restrições de selecção entre os operadores holísticos e as expressões a que os mesmos se aplicam.

### 3. O problema categorial

A questão que neste momento nos interessa colocar respeita ao estatuto categorial dos operadores holísticos, concebido a partir de um ponto de vista predominantemente semântico, ou seja, tendo primordialmente em conta o papel por eles desempenhado na construção composicional de valores semânticos. Com o objectivo de dilucidar esta questão, passaremos agora a considerar a distribuição destes operadores, começando por exemplificar ocorrências tipicamente adverbiais. As frases (4) a (9) contêm expressões que as

gramáticas dão como advérbios (integralmente, totalmente, completamente) e ainda a forma plural do operador holístico todo, também ela classificada em algumas gramáticas como advérbio:

- (4) As casas arderam integralmente.
- (5) As casas arderam todas.
- (6) Os livros ficaram totalmente molhados.
- (7) Os livros ficaram todos molhados.
- (8) O Pedrinho riscou os livros completamente.
- (9) O Pedrinho riscou os livros todos.

Passemos agora a um tipo de estrutura em que operadores holísticos surgem junto a adjectivos, na posição típica dos intensificadores, que a gramática tradicional igualmente classifica como advérbios. Atente-se nas frases (10) e (11):

- (10) A Maria comprou um vestido completamente preto.
- (11) A Maria comprou um vestido todo preto.

Observemos, finalmente, estruturas em que os operadores holísticos parecem operar sobre nomes. É o caso das frases (12) e (13):

- (12) O Pedrinho riscou o livro inteiro.
- (13) O Pedrinho riscou o livro todo.

É de fazer notar que o primeiro destes operadores - inteiro - parece ser exclusivo de nomes. Este estatuto pode justificar o facto de, ao contrário de todo, ele não admitir a pronominalização do SN com que ocorre, como se pode ver no seguinte par:

(14) \*O Pedrinho riscou-o inteiro.

(15) O Pedrinho riscou-o todo.

A breve análise distribucional que realizámos permite-nos fazer algumas observações de carácter geral acerca dos operadores holísticos. A primeira é que estes operadores se aplicam a todas as expressões que, no quadro de uma semântica formal baseada em tipos extensionais, são do tipo  $\langle e, t \rangle$ , o tipo dos predicados unários - ou seja, nomes, adjectivos, verbos unários e sintagmas verbais. Assim, os operadores holísticos parecem dever ser considerados como funções de predicados para predicados - isto é, em termos extensionais, expressões de tipo  $\langle \langle e, t \rangle, \langle e, t \rangle \rangle$  -, possivelmente as únicas destas funções que se aplicam a todas as expressões do tipo  $\langle e, t \rangle$ . Dada esta distribuição, teremos de concluir, se quisermos fazer jus à etimologia, que estamos perante mais uma subclasse de expressões a que a etiqueta "advérbio" não se ajusta com rigor.

A segunda observação diz respeito à noção sintáctica de flutuação de quantificadores. O que há a dizer é que, sempre que uma expressão pode ser interpretada como operador

holístico - caso em que não tem a interpretação normal de um quantificador -, ela não pode ser objecto do movimento a que se tem dado aquela designação. Vejamos os três pares de frases que se seguem, onde no segundo membro de cada par se substituiu o artigo definido do SN relevante por outro quantificador:

(16)a. Os livros ficaram todos molhados.

b. Alguns livros ficaram todos molhados.

(17)a. Os livros, o Pedrinho riscou-os todos.

b. Alguns livros, o Pedrinho riscou-os todos.

(18)a. Os vestidos, a Maria comprou-os todos pretos.

b. Alguns vestidos, a Maria comprou-os todos pretos.

Todas as frases a. são ambíguas entre uma leitura distributiva e uma leitura holística. Quanto às frases b., só podem ter leitura holística. Ora, não se pode derivar as frases b. a partir de uma estrutura em que o operador todos estaria aplicado a um SN com o quantificador alguns, uma vez que tal estrutura não tem interpretação possível. Este facto reforça a ideia de que nos casos de leitura holística não ocorre nada de semelhante a uma flutuação de quantificador.

#### 4. Semântica dos operadores holísticos

A definição do valor semântico dos operadores holísticos depende, é claro, do enquadramento teórico e dos instrumentos formais adoptados. Cremos que o tratamento destes operadores requer uma semântica complexa em que o universo de discurso contém não só as entidades clássicas - e as suas combinações booleanas, exigidas por razões independentes - mas também todas as partes que é possível determinar nessas entidades enquanto objectos estruturados. Tais partes - partes estruturais, se quisermos - não devem ser concebidas como coincidindo com as partes materiais de uma entidade, tal como são definidas, por exemplo, em LINK (1983). Podem dividir-se em dois grupos relevantes: as partes totais - passe o aparente paradoxo - e as partes não-totais. É óbvio que a sua determinação relativamente a uma dada entidade depende essencialmente da natureza dessa entidade e até mesmo da perspectiva em que é evocada. Pense-se, por exemplo, que, ao falar das partes de um livro, tanto podemos estar a designar as partes em que o texto se divide como o conjunto formado por capa, contracapa, badanas, rosto, páginas, etc.

No que respeita à consideração das partes estruturais não-totais dos indivíduos como entidades do universo, bastará que nos confrontemos com simples frases como (19) e (20) para nos darmos conta da sua motivação empírica:



(19) O Pedro leu parte do livro.

(20) A Maria viu algumas partes do filme.

Quanto à distinção entre os indivíduos tomados apenas enquanto entidades no sentido clássico e os indivíduos tomados enquanto partes estruturais totais, podemos encontrar motivação para ela em grupos de frases como o seguinte:

(21) A Maria escreveu numa parte da parede.

(22) A Maria escreveu na parede.

(23) A Maria escreveu na parede toda.

Precem-nos evidentes dois factos inferenciais acerca destas frases: por um lado, a frase (21) implica a frase (22), podendo, aliás, ser substituída por ela; por outro lado, a frase (22) não implica a frase (23). Quer isto dizer que, na frase (22), a parede em causa é dada apenas como uma entidade distinta de outras, não se exigindo que a sua totalidade - a sua parte estrutural total - esteja envolvida no estado-de-coisas identificado pela predicação. De algum modo, a frase (22) é uma frase vaga. Pelo contrário, a frase (23), que envolve a parte estrutural total do referido objecto, não tem margem de variação interpretativa. Cremos que estes factos constituem motivação empírica suficiente para a distinção semântica que defendemos. De passagem, acentue-se ainda que as verificações não seriam as mesmas se, em vez de um verbo como escrever, usássemos um verbo como cobrir. Aparentemente,

estamos perante interessantes classes léxico-semânticas de verbos, definíveis em função das inferências acima mencionadas.

Como dissemos na secção anterior, os operadores holísticos podem ser considerados como denotando, em termos extensionais, um tipo particular de funções de conjuntos de indivíduos para conjuntos de indivíduos. Para as caracterizarmos, precisamos de fixar formalmente a noção, que até agora usámos intuitivamente, de "parte estrutural de uma entidade". Simplificando, assumimos que se pode definir uma aplicação injectiva - presumivelmente não-sobrejectiva - do conjunto das partes estruturais de uma entidade no conjunto das suas partes materiais, concebidas estas nos termos já referidos.

De acordo com o que expusemos, passaríamos a ter, na semântica das línguas naturais, pelo menos três formas de conceber indivíduos biunivocamente correspondentes aos indivíduos dos universos clássicos: (i) enquanto entidades distinguíveis umas das outras sem mais, (ii) enquanto porções de matéria e (iii) enquanto partes estruturais totais deles próprios. Não nos embrenharemos nas questões filosóficas e formais que podem ser suscitadas acerca desta perspectiva.

## 5. Condições sobre as interpretações holísticas

Por último, queremos chamar a atenção para interessantes regularidades que se verificam no que respeita à interferência

de determinadas propriedades semânticas de verbos com a possibilidade de aos seus argumentos serem ou não atribuídas leituras holísticas. Observem-se as frases seguintes:

(24) As raparigas dançaram todas.

(25) As raparigas feriram-se todas.

É evidente que só a frase (25) é ambígua entre, por um lado, uma quantificação universal distributiva - dada por as - conjuntamente com a aplicação de um operador holístico - todas - e, por outro lado, uma simples quantificação universal distributiva, que é a única interpretação admitida na frase (24). O mesmo contraste se verifica neste outro par de frases:

(26) O soldado matou os inimigos todos.

(27) O soldado molhou os inimigos todos.

Em nossa opinião, estamos de novo perante uma distinção semântica entre unidades lexicais que se revela pertinente para a determinação composicional de valores semânticos. Reportando-nos aos exemplos dados, a distinção coloca de um lado verbos como dançar e matar e de outro verbos como ferir e molhar. Relativamente aos argumentos relevantes para o que aqui nos interessa, a diferença entre os dois grupos está em que os primeiros requerem que as denotações desses argumentos envolvam entidades holisticamente concebidas, isto é, partes estruturais totais, enquanto os segundos admitem que elas

envolvam partes estruturais não-totais. Na ausência de terminologia, aos primeiros chamamos predicados totalizantes e aos segundos predicados não-totalizantes.

Uma vez estabelecida a diferença entre predicados totalizantes e não-totalizantes, parece-nos que se pode afirmar que os predicados totalizantes bloqueiam a leitura holística. Seria, aliás, estranho que assim não fosse, dada a própria definição dos conceitos em causa. Por isso mesmo, é legítimo pôr a hipótese de tal bloqueio ser um universal da linguagem, obviamente só aplicável às línguas em que é admitida a ambiguidade em questão. Para sermos rigorosos, devemos ainda deixar dito que o bloqueio não se verifica quando o nome relevante é um colectivo. Vejamos a frase seguinte:

(28) A comissão dançou toda.

A frase (28), onde ocorre um predicado totalizante, tem leitura holística, a que, neste caso, chamaríamos leitura decomponente, em virtude de estarem envolvidas na situação em causa entidades que são componentes de uma entidade colectiva. Não se trata, portanto, de uma excepção que viria desfazer a harmonia do sistema, mas antes de um fenómeno perfeitamente explicado.

## 6. Nota final

Supomos que será agora clara a razão por que Jeronymo Soares Barboza escolheu o predicado ser mortal para o seu exemplo no texto com cuja citação iniciámos esta exposição. Implícita, talvez apenas vagamente intuída, estava possivelmente presente na sua mente a propriedade de predicados que nós agora procurámos identificar e que nomeámos com o qualificativo de "totalizante".

## REFERÊNCIAS

- BARBOZA, Jeronymo Soares: 1822. Grammatica Philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem. Typographia da Academia Real das Sciencias. Lisboa. 7ª ed., 1881.
- HIGGINBOTHAM, James: 1981. "Reciprocal interpretation". Journal of Linguistic Research 1. 97-177.
- LINK, Godehard: 1983. "The Logical Analysis of Plurals and Mass terms: A Lattice-theoretical Approach", in R. Bauerle, C. Schwarz and A. von Stechow (orgs.), Meaning, Use and Interpretation of Language, de Gruyter, Berlin.